

Sarney

Presidente deve exercitar mais sua autoridade

Haroldo Hollanda

Difunde-se no meio político, entre algumas figuras de maior responsabilidade, o sentimento de que é chegada a hora do Presidente Sarney dar uma demonstração de força e de autoridade do seu Governo. Recordar-se, a propósito, que no regime presidencial todo o comando e a ação política provêm do presidente da República. Há o receio, manifestado por influentes personalidades políticas de que a persistir o timbre atual imprimido a sua administração, o mandato do presidente Sarney venha a se caracterizar de um caráter de interinidade, o que lhe retiraria a autoridade da qual necessita se revestir para cumprir a missão política reservada a ele nesta fase particularmente decisiva da vida nacional.

Lembra-se, a esse respeito, como um dos problemas decorrentes dessa situação, que o presidente Sarney governa o país com um Ministério que não foi por ele constituído. Seus integrantes foram todos escolhidos pelo falecido presidente Tancredo Neves, o qual não teria a ele dada a harmonia por muitos aguardada, uma vez que dedicou maior atenção e prioridade à área econômica, submetida ao seu comando direto e do ministro Francisco Dornelles, seu sobrinho. Não haveria assim os necessários e indispensáveis vínculos políticos recíprocos entre o presidente da República e os seus ministros, os quais são ainda devedores de todas as gratidões ao saudoso presidente Tancredo Neves. Alguns desses ministros — acentua-se ainda — como os srs. Waldir Pires, Pedro Simon e Renato Archer, devem muito mais a sua indicação ministerial ao deputado Ulysses Guimarães do que a qualquer outro tipo de influência. Ao mesmo tempo em que isso sucede, há a suspeita por parte de muitos políticos, ligados mais de perto ao presidente Sarney, de que o deputado Ulysses Guimarães demonstra um comportamento bastante discreto e reservado em relação ao atual Governo, atitude cujas causas não sabem a que atribuir.

Advoga-se nesses meios a necessidade de uma reforma ou recomposição ministerial, de caráter parcial, a fim de que o Governo possa ajustar-se à nova realidade com a qual convive hoje. Há a convicção de que a atual administração

precisa adquirir mais dinamismo em suas decisões e que o presidente Sarney possa dispor dos indispensáveis meios de exercer maior controle e domínio sobre as ações políticas do próprio aparelho governamental. Mesmo que ocorresse uma simples troca de posições entre alguns membros da atual equipe ministerial, isso talvez pudesse já representar um melhor rendimento do Governo no seu desempenho geral.

Alega-se ainda que as vacilações reveladas pelo atual Governo, nestes seus primeiros passos, refletem-se sobre a sua própria maioria parlamentar na Câmara e no Senado, gerando nela sentimento de insegurança e perplexidade. Exprime-se o receio de que se providências urgentes e acauteladoras não forem tomadas, esta situação corre o risco de agravar-se e desaguar em profunda crise política. Faz-se ainda notar que se o presidente Sarney adotasse neste momento as correções de rumo que a nau governamental está a exigir, ele contaria com maior liberdade de movimentos para proceder às modificações consideradas indispensáveis, o que não ocorreria, contudo, se fosse compelido a tomar decisões e meio a uma crise, com suas ações condicionadas pela força de acontecimentos políticos trepidantes.

Observa-se que o presidente Sarney deve ter plena consciência de que precisa, não só ampliar, como solidificar sua base parlamentar no Congresso, a qual se revela ainda precária. Mas o presidente — segundo se observa — estaria receoso de que um movimento mais ousado de sua parte nessa direção possa desagradar o PMDB, quebrando assim, ainda mais profundamente, o equilíbrio de forças políticas que o sustenta.